OBSERVARE
Universidade Autónoma de Lisboa

ISSN: 1647-7251
Vol. 3, n.º 2 (outono 2012), pp. 179-187

JANUS.NET
e-journal of International Relations

Notas e Reflexões

SEMINÁRIO INTERNACIONAL: "Alterações Climáticas e suas repercussões sócio-ambientais"

Brígida Rocha Brito

brigidabrito@netcabo.pt

Professora no Departamento de Relações Internacionais, Universidade Autónoma de Lisboa nas áreas do Ambiente e da Cooperação Internacional. Investigadora do OBSERVARE (UAL) e subdiretora da JANUS.NET, *e-journal of International Relations*. Colaborou com o departamento de Sociologia da Universidade de Évora como Professora Auxiliar Convidada e com a Escola Superior Agrária de Coimbra como Professora Adjunta. Consultora no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento com as responsabilidades de elaborar estudos, diagnósticos e avaliação de projetos de intervenção em países africanos de língua portuguesa para Organizações da Sociedade Civil (*Instituto Marquês de Valle Flôr*, *Artissal*, *Ação para o Desenvolvimento*, *MARAPA*) e Organizações Internacionais (*The World Bank Group*; *Organização Internacional para as Migrações* e *Bureau Internacional do Trabalho*, *Programa STEP-Portugal*). Colaborou com o Ministério do Meio Ambiente do Brasil na conceção do documento estratégico de Educação Ambiental implementado em todos os países da CPLP, "Passo a Passo", e em ações de cooperação (formação) do Estado Português em São Tomé e Príncipe. Os países africanos onde tem desenvolvido investigação são Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Entre os dias 20 e 23 de agosto de 2012 decorreu no Palácio dos Congressos da cidade de São Tomé, República Democrática de São Tomé e Príncipe, o Seminário Internacional sob o tema "Alterações Climáticas e suas repercussões sócio-ambientais". Este encontro científico foi organizado por nove entidades com atividade em São Tomé e Príncipe, Portugal e Espanha, de âmbito público, privado e da sociedade civil, seguindo os princípios da parceria internacional, a saber: a Direção-Geral do Ambiente (DGA)[1] e a Direção das Florestas (DF)[2] da República Democrática de São Tomé e Príncipe; o Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa (OBSERVARE da UAL)[3]; o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-

[1] O interlocutor da Direção-Geral do Ambiente da República de São Tomé e Príncipe foi o Diretor-Geral, Dr. Arlindo de Carvalho, contando com a colaboração da equipa de técnicos da Direção-Geral, entre os quais a Engenheira Química Sulisa Quaresma e a Dra. Aline Castro. A Direção-Geral do Ambiente assumiu a coordenação local da iniciativa, assegurando a logística e a articulação com os restantes parceiros nacionais.

[2] A Direção das Florestas foi representada na organização pelo Diretor, Eng. Faustino Oliveira. É de destacar que o técnico Meyer António, Engenheiro Florestal do Departamente de Biodiversidade, Sensibilização e Estudos, teve um papel de grande destaque na organização das atividades práticas em meio florestal, assumindo a realização destas ações.

[3] Em representação do OBSERVARE e da Universidade Autónoma de Lisboa, a autora participou na organização do evento a Professora Auxiliar do departamento de Relações Internacionais, investigadora da Unidade de investigação em Relações Internacionais e Subdiretora do JANUS.net, *e-journal of international relations*. No âmbito da organização do evento, a representante da Universidade Autónoma de Lisboa assumiu a coordenação internacional do Seminário, garantindo a articulação entre os diferentes parceiros, a seleção dos trabalhos, a estruturação do programa científico e do programa de atividades práticas, bem como a criação e gestão da página web e a coordenação dos materiais disponibilizados.

UL)[4]; a Universidade de Santiago de Compostela (USC), a Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental (NEREA Investiga) e a Associação Portuguesa de Educação Ambiental (AsPEA)[5]; o Centro de Extensión Universitária e Divulgación Ambiental da Galiza (CEIDA)[6]; a ONG santomense Mar, Ambiente e Pesca Artesanal[7] (MARAPA).

A nível nacional foi reconhecida a importância do evento, tanto pela pertinência do tema e formas de abordagem, como pela possibilidade de dar continuidade a projetos e iniciativas definidas e estruturadas com base nos princípios das Parcerias de Desenvolvimento (PD). Este reconhecimento foi assumido pelos representantes do Estado da República de São Tomé e Príncipe, tanto através da concessão do apoio institucional pela Presidência da República como mediante o forte envolvimento de membros do Governo nacional que participaram ativamente e se envolveram nas atividades programadas[8]. O Seminário foi ainda entendido pelos técnicos nacionais como uma oportunidade formativa de caráter informal, estabelecendo-se e aprofundando-se contactos com os palestrantes e criando-se as condições necessárias para a formalização de uma rede constituída por atores diferenciados.

O evento reuniu trabalhos apresentados por três dezenas de especialistas santomenses, portugueses e espanhóis de diferentes áreas disciplinares, destacando-se a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Economia, o Direito, a Pedagogia, a Engenharia Ambiental e a Biologia, contando ainda com uma centena e meia de participantes que apresentaram os seus contributos no decursos dos espaços vocacionados para o debate. As comunicações apresentadas, organizadas em quatro painéis temáticos - I) Enquadramentos; II e III) A insularidade em debate; IV) Estratégias: que futuro? -, permitiram refletir e debater sobre a problemática das alterações climáticas na perspetiva dos impactos, sem esquecer a vertente da internacionalização por via dos mecanismos da cooperação internacional.

O programa de trabalhos seguiu o princípio da interdisciplinariedade na perspetiva do enriquecimento do debate ao permitir o cruzamento de questões teóricas, metodológicas e estratégicas, tendo como preocupação central o pragmatismo da ação na busca de soluções para problemas concretos e previamente identificados. Neste sentido, foram apresentados e discutidos casos reais enquadrados pelo meio insular, destacando-se São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, mas também por contextos continentais, com particular incidência em Portugal e Espanha, não sendo descurada a interpretação global de âmbito mundial.

---

4 O Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa esteve representado pela Professora Maria Luisa Schmidt, coordenadora de projetos de investigação na área dos impactos sócio-ambientais que resultam do processo das alterações climáticas.

5 As três instituições - Universidade de Santiago de Compostela, Associação Internacional de Investigadores em Educação Ambiental e Associação Portuguesa de Educação Ambiental - foram representadas por Dr. Joaquim Ramos Pinto, especialista em Educação Ambiental, e dinamizador da *Plataforma Lusófona de Educação Ambiental*.

6 Enquanto parceiro, o CEIDA foi representado pelo Diretor, Dr. Carlos Vales Vázquez que assumiu a representação da Rede PARDELA, *Rede Hispano-Lusófona de Gestores de Áreas Naturais Protegidas*.

7 A ONG MARAPA foi representada na organização do evento pelo Presidente, Eng. Jorge de Carvalho do Rio, contando com a colaboração de diferentes técnicos na organização e realização de atividades práticas em meio costeiro e marinho, destacando-se Elísio Neto, Hipólito Lima, Anne Vidie e Bastien Loloum.

8 O Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais, Eng. Carlos Vila Nova, proferiu discurso oficializando a abertura dos trabalhos, bem como o Ministro do Plano e Desenvolvimento, Dr. Agostinho Fernandes, assumiu o encerramento do Seminário proferindo discurso.

As grandes questões referidas como preocupações comuns a todos os palestrantes e participantes no decurso dos debates, independentemente do contexto geográfico, consideradas como resultados das alterações climáticas foram:

a) o aprofundamento da precariedade sócio-económica das populações locais, tornando-as progressivamente mais vulneráveis e obrigando-as a redefinir estratégias alternativas para a aquisição de rendimento familiar que, em grande medida, resultam na promoção de novas agressões ambientais;

b) a identificação de setores-chave de atividade sócio-económica, perspetivados como centrais para a garantia da sustentabilidade sócio-ambiental mas que sofrem em primeira mão os impactos das alterações climáticas. Entre outras, foram consideradas como de maior vulnerabilidade: a pesca, em particular artesanal; a agricultura; a criação de gado não intensiva; a exploração de recursos naturais para consumo imediato ou semitransformação;

c) o agravamento da fragilidade dos ecossistemas, em particular os que predominam nas zonas costeiras e de transição, que sofrem, entre outros fatores, os efeitos da erosão, da escassez de chuvas e da subida do nível das águas do mar;

d) o risco de perda de biodiversidade, incluindo de espécies faunísticas e florísticas endémicas e vulneráveis que têm vindo a ser alvo de diminuição de número de exemplares a nível global e que, mais do que consideradas como espécies autóctones, são entendidas como elementos de património natural mundial;

e) a necessidade de adotar medidas globais, de âmbito internacional, enquadradas e apoiadas por mecanismos de cooperação, tanto formais como informais, bilateriais, multilaterais, promovidos por organizações da sociedade civil mas também por Universidades e Centros de Investigação;

f) a urgência em adequar os planos nacionais de gestão e uso de espaços e recursos comuns às medidas acordadas a nível internacional nas cimeiras de alto nível, de forma a criar sinergias efetivas e promotoras de equilíbrios entre os princípios ratificados e as práticas prosseguidas *in loco*;

g) a perceção de que as ações práticas que implicam a adoção de novos modelos comportamentais - estatais, corporativos, de grupo e individuais - requerem o seguimento de programas educativos de sensibilização, formação e disponibilização de informação orientada, criando um sentido de cidadania alargada;

h) a valorização da conceção do património comum da humanidade, tangível e intangível, requerendo uma gestão global que siga também a conceptualização do que é comum.

De forma complementar, e como fundamento para o debate, foram previstas e realizadas quatro visitas, repartidas por dois dias, que incluíram a prossecução de atividades práticas, dinamizadas pelos parceiros nacionais e que contaram com a

participação dos palestrantes e outros participantes, sendo duas enquadradas pelo meio florestal e duas pelo meio costeiro e marinho:

1) as atividades promovidas em meio florestal foram integralmente assumidas pela Direção das Florestas, estando centradas em visitas para reconhecimento de espécies e avaliação dos riscos que resultam das alterações climáticas em dois espaços diferenciados - o Jardim Botânico do Bom Sucesso, na entrada do Parque Natural Obô e os Viveiros e Parque Florestal Urbano, na cidade;

2) as atividades desenvolvidas em meio costeiro e marinho foram organizadas pela ONG santomense MARAPA, com a preocupação de dar a conhecer os riscos com que algumas das espécies se confrontam, no caso as tartarugas marinhas e os cetáceos. Foi organizada uma atividade em meio costeiro com recolha de ovos de tartaruga marinha e transplante para um centro de incubação artificial e uma ação em meio marinho de observação de cetáceos e avaliação dos constrangimentos com que estas espécies se confrontam.

Qualquer uma das atividades foi considerada uma mais valia pelo sentido pedagógico que esteve associado, permitindo a todos, incluindo aos especialistas, refletirem a partir de novas perspetivas e em confronto com a realidade vivenciada.

As principais conclusões que foram extraídas a partir das reflexões partilhadas, das experiências vividas e dos debates gerados foram:

1. as alterações climáticas são uma realidade mundial que se traduz na emergência de problemas vários que têm adquirido um âmbito global (impactos internacionais), sendo particularmente sentidas em regiões frágeis e marcadas pela vulnerabilidade dos ecossistemas como são os pequenos territórios insulares;

2. os efeitos das alterações climáticas resultam em vários níveis sendo que, para as pequenas ilhas, são mais evidenciados, sobretudo em algumas áreas geográficas, nomeadamente na confluência com o mar (subida do nível do mar, erosão costeira, variações na biodiversidade com impactos na manutenção de espécies), afetando de forma particular as comunidades ali residentes;

3. as atividades sócio-profissionais que sofrem uma maior implicação são as que ora dependem dos recursos haliêuticos (pesca artesanal), ora se relacionam com outras atividades do setor primário, tais como a agricultura, a pecuária e a exploração direta de recursos naturais (recoleção e transformação artesanal);

4. o turismo é uma atividade que, apesar de ter fortes implicações com as alterações climáticas, contribuindo em parte para o seu agravamento, pode resultar positivamente na minimização de alguns impactos desde que sejam promovidas e adotadas ações complementares de sensibilização, regulação e controle dos efeitos provocados;

5. é urgente adotar medidas nacionais (Plano de Ação da Direção-Geral do Ambiente) seguindo critérios assumidos a nível internacional, que permitam o adequado tratamento de resíduos sólidos, sobretudo urbanos, de forma a

contribuir para a redução da emissão de gases, bem como para a prevenção no que respeita a eventuais acidentes com materiais químicos e poluentes de elevado impacto sócio-ambiental;

6. a ideia de que, do ponto de vista ambiental, existe a necessidade de assumir uma responsabilidade partilhada é habitualmente aceite pela comunidade internacional, se bem que nem sempre seja praticada, requerendo uma intervenção imediata que siga critérios de diferenciação;

7. as ações de cooperação são entendidas como estratégicas para a minimização dos problemas que resultam das alterações climáticas, devendo centrar-se em novos modelos de ação, claramente orientados por metodologias participativas de base educativa (Educação Ambiental formal e não formal; Educação para a Cidadania; Educação para o Desenvolvimento) e favoráveis a um envolvimento responsável de todos os grupos de interesse na promoção de comportamentos adequados caso-a-caso. É desejável que estas ações de cooperação permitam envolver, além dos interlocutores convencionais de âmbito bilateral, as Universidades e os Centros de Investigação no sentido de facilitar uma capacitação fundamentada e orientada para as necessidades reais;

8. a estratégia da Educação Ambiental foi reforçada por todos os interlocutores, requerendo continuidade na ação por via do incentivo da cooperação internacional, incluindo os mecanismos informais;

9. a necessidade de implicar todos os atores - Estado, Grupos Privados, Organizações da Sociedade Civil, Cidadãos e Universidades - com um sentido de corresponsabilização, reforçando princípios de cidadania ativa e participada;

10. a oportunidade de dar continuidade e seguimento a ações de cooperação a partir do estabelecimento de parcerias, mesmo que informais, entre diferentes atores e por múltiplos canais - bilaterais, multilaterais e incluindo a comunidade científica por meio da intervenção das Universidades e dos Centros de Investigação.

Após a sistematização das conclusões, foi assumida a promoção de um conjunto de ações de intervenção de forma a ser possível dar continuidade às ideias então defendidas:

1. A criação da *Plataforma Lusófona de Educação Ambiental* com identificação de pontos focais que, no futuro, viabilizarão a concretização de ações entre as diferentes entidades lusófonas envolvidas e que está representada por Universidades e Centros de Investigação, Organizações da Sociedade Civil e representantes dos diferentes Estados envolvidos;

2. O reforço da *Rede Pardela*[9] *- Rede Hispano-Lusófona para a Gestão de Áreas Naturais Protegidas* - com alargamento dos membros participantes e definição de ações de cooperação para o futuro;

3. A realização de um Seminário anual seguindo o princípio da parceria internacional com forte envolvimento de atores nacionais, que poderá vir a ter lugar noutros

[9] Cf. http://www.pardela.org

países da Lusofonia, mas que, após concordância entre os membros da Organização, em 2013 será realizado na ilha do Príncipe sob o tema "Reservas da Biosfera: Cooperação e Serviços Ambientais". Esta iniciativa acolheu elevadas expectativas por parte dos representantes do arquipélago;

4. A realização de ações de formação temáticas, eventualmente não formais, com o objetivo de otimizar a presença dos especialistas que participam no Seminário e dos membros da Organização, sendo que estas ações terão um sentido mais prático do que teórico, estando orientadas para as necessidades sentidas no terreno;

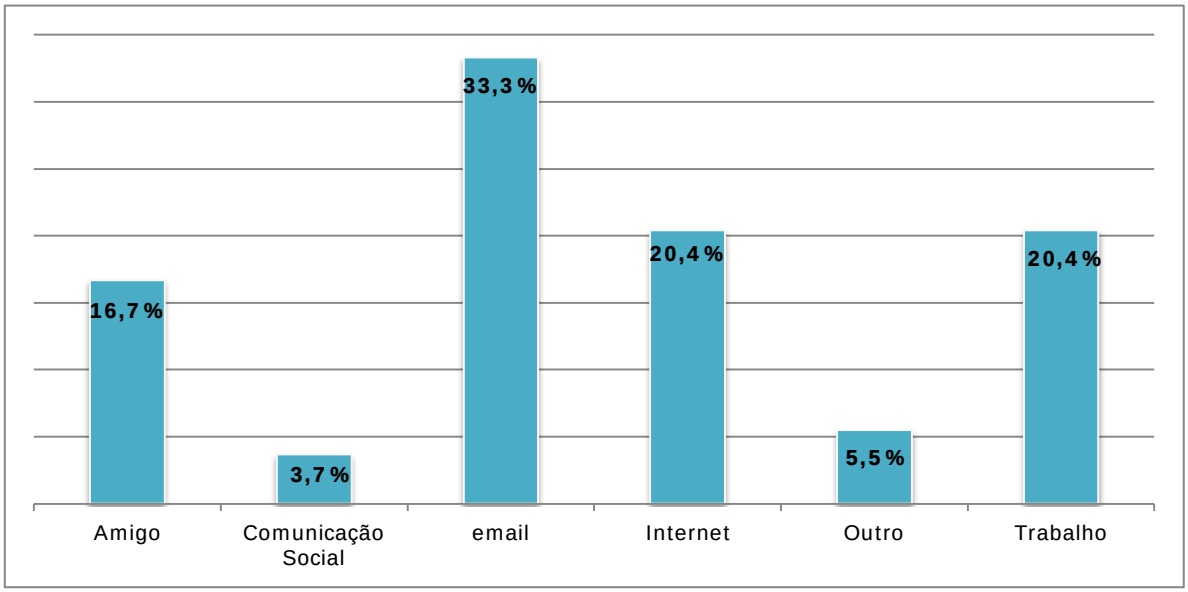
5. A edição das Atas do Seminário em formato digital, a serem disponibilizadas online, não se descartando a possibilidade da produção de uma edição em papel numa versão reduzida que poderá implicar a seleção de textos.

ANEXOS - Uma breve avaliação do Seminário Internacional

Após a realização do Seminário, foi criado *online*[10], e divulgado entre os palestrantes e participantes, um breve questionário de avaliação com o duplo objetivo de, por um lado, aferir a relevância das atividades promovidas e realizadas e, por outro lado, auscultar a pertinência de organizar novas ações com clara identificação dos temas considerados prioritários.

A análise das respostas obtidas (N=73) permitiu reforçar a importância que o evento adquiriu no contexto do arquipélago. A maioria dos participantes teve conhecimento da realização do Seminário através de email e da internet (53,7% no total), seguindo-se a informação disponibilizada pelos locais de trabalho (20,4%) ou pelos amigos (16,7%).

Gráfico 1 - Meios através dos quais tomou conhecimento da realização do Seminário



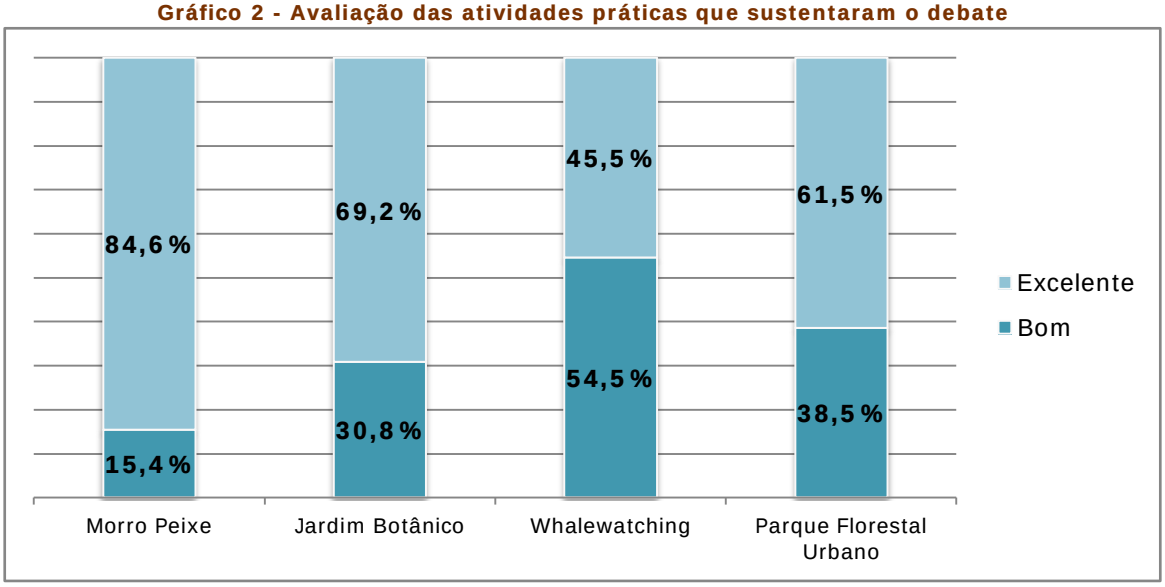
A informação disponibilizada na página *web*[11] criada antecipadamente para o efeito foi maioritariamente considerada suficiente e relevante (97,1%).

No que respeita às atividades práticas, organizadas e promovidas previamente, a avaliação evidenciou a pertinência e a importância da opção pelos meios costeiro e marinho, mas também florestal, como forma de melhor contextualizar os debates. Em todos os itens, a avaliação variou entre o excelente e o bom, sendo de referir que a escala previa as seguintes possibilidades: excelente; bom; razoável; indiferente; mau.

[10] O questionário *online* teve um período de atividade de 25 dias após a conclusão dos trabalhos, tendo posteriormente sido encerrado e desativado para tratamento e análise dos dados.

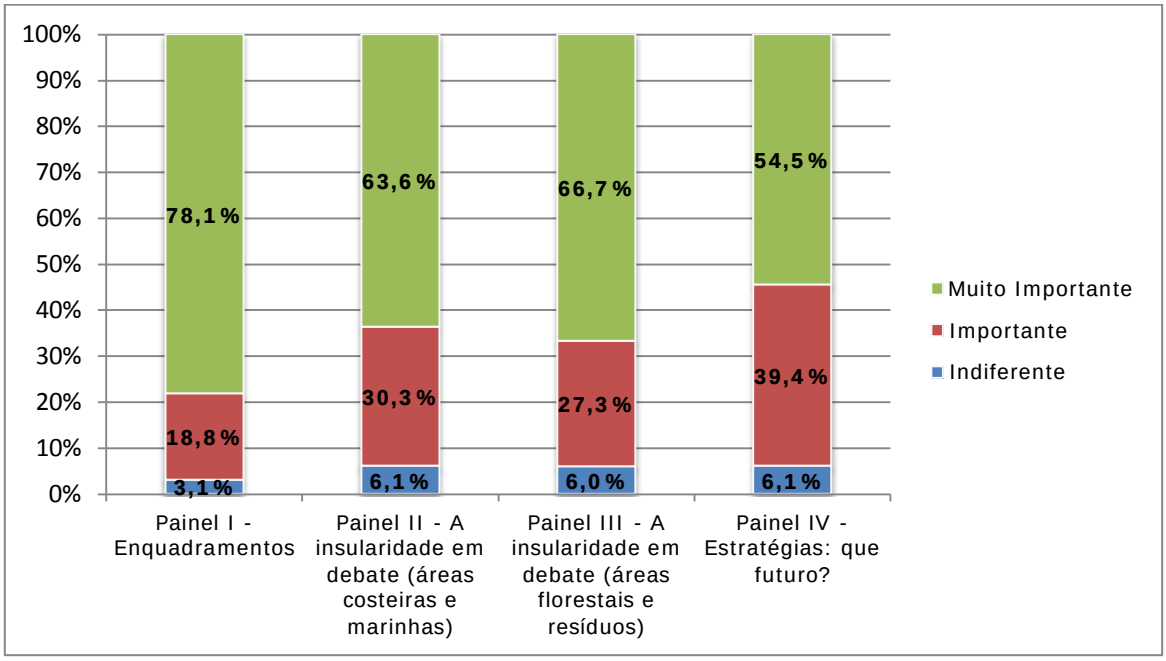
[11] A página web foi: http://climatechangestp2012.weebly.com/, continuando ativa para consulta de informalções e documentos, entre os quais as apresentações disponibilizadas pelos palestrantes, o livro de resumos, os discursos de abertura e de encerramento, a identificação e os contactos dos palestrantes, a fundamentação do evento e as razões pelas quais foi escolhido o arquipélago de São Tomé e Príncipe.

Gráfico 2 - Avaliação das atividades práticas que sustentaram o debate



De destacar que as atividades que foram mais bem avaliadas com excelente (84,6% em Morro Peixe; 69,2% no Jardim Botânico e 61,5% no Parque Florestal Urbano) foram aquelas que assumiram um sentido pedagógico e formativo para os participantes, criando-se forte empatia e relação interpessoal com os dinamizadores e animadores locais.

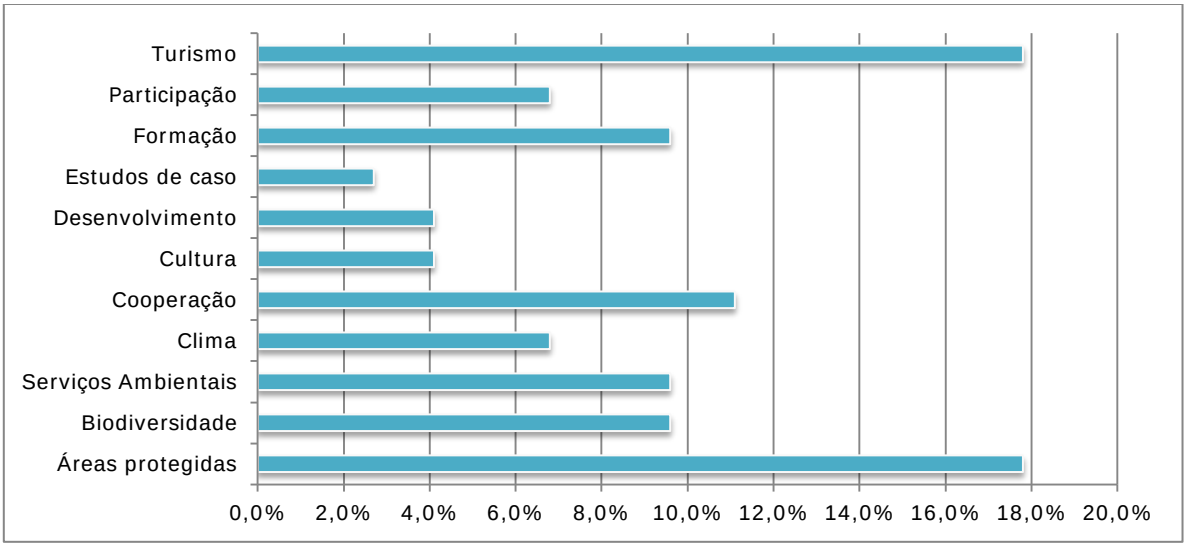
Gráfico 3 - Avaliação dos trabalhos apresentados em painel



No que respeita aos trabalhos apresentados em painel, a avaliação variou entre o Muito Importante e o Importante, não evidenciando relevância a avaliação de indiferente.

Quando inquiridos acerca da oportunidade e pertinência de organização de futuras ações, a maioria dos inquiridos (88,2%) respondeu ter intenção de voltar a participar em novos eventos, indicando algumas áreas temáticas como prioritárias.

Gráfico 4 - Identificação de áreas temáticas para futuros Encontros científicos



Os temas referidos como prioritários para a organização e realização de um próximo evento foram os que se relacionam diretamente com o ambiente, nomeadamente as áreas protegidas, a problemática dos serviços ambientais, a conservação da biodiversidade e a influência dos fatores climáticos, e ainda o turismo. De forma relacionada, sugere-se a abordagem da cooperação para o desenvolvimento, a prossecução de ações de formação e o recurso às metodologias participativas como forma de intervenção. Assim, com base nas preocupações evidenciadas, em 2013, será organizado e realizado um evento internacional, centrado na problemática da cooperação e dos serviços ambientais, incluindo o turismo, em contexto de área protegida, tendo como referência a Reserva da Biosfera da Ilha do Príncipe. É esperado que, para este evento, sejam estabelecidas novas parcerias com outras Reservas da Biosfera, permitindo um intercâmbio de experiências e uma aprendizagem alargada.

Como citar esta Nota

Brito, Brígida (2012). "Seminário Internacional: «Alterações Climáticas e suas repercussões sócio-ambientais»". Notas e Reflexões, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 3, N.º 2, outono 2012. Consultado [online] em data da última consulta, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n2_not2